

Ficha Técnica

Título:

Direito da Propriedade Industrial | Coletânea de Textos Legislativos e Regulamentares |
3.ª edição
AAFDL | 2019

Autor:

José de Oliveira Ascensão | Dário Moura Vicente

Edição:

AAFDL
Alameda da Universidade | 1649-014 Lisboa

ISBN:

978-972-629-312-5

Depósito Legal:

460871/19

Setembro | 2019

ÍNDICE I TEXTOS DE FONTE INTERNA

Índice	5
[1] Código da Propriedade Industrial	13
Título I – Parte geral	13
Capítulo I – Disposições gerais	13
Capítulo II – Tramitação administrativa	16
Capítulo III – Transmissão e licenças	24
Capítulo IV – Extinção dos direitos de propriedade industrial	25
Capítulo V – Recurso	27
Subcapítulo I – Recurso judicial	27
Subcapítulo II – Recurso arbitral	29
Título II – Regimes jurídicos da propriedade industrial	30
Capítulo I – Invenções	30
Subcapítulo I – Patentes	30
Secção I – Disposições gerais	30
Secção II – Processo de patente	35
Subsecção I – Via nacional	35
Subsecção II – Via europeia	42
Subsecção III – Via tratado de cooperação em matéria de patentes	46
Secção III – Efeitos da patente	48
Secção IV – Condições de utilização	52
Secção V – Invalidade da patente	56
Secção VI – Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	57
Subcapítulo II – Modelos de utilidade	59
Secção I – Disposições gerais	59
Secção II – Processo de modelo de utilidade	61
Subsecção I – Via nacional	61
Subsecção II – Via tratado de cooperação em matéria de patentes	65
Secção III – Efeitos do modelo de utilidade	65
Secção IV – Condições de utilização	67
Secção V – Invalidade do modelo de utilidade	67
Capítulo II – Topografias de produtos semicondutores	68
Secção I – Disposições gerais	68
Secção II – Processo de registo	69
Secção III – Efeitos do registo	70
Secção IV – Condições de utilização	71

Secção V – Invalidade do registo.....	7	Subsecção IV – Procedimentos cautelares	137
Capítulo III – Desenhos ou modelos	7	Subsecção V – Indemnização	138
Secção I – Disposições gerais	7	Subsecção VI – Medidas decorrentes da decisão de mérito	139
Secção II – Processo de registo.....	7	Subsecção VII – Medidas de publicidade.....	140
Secção III – Efeitos do registo.....	8	Secção II – Normas especiais em matéria de segredos comerciais	140
Secção IV – Invalidade do registo	8	Secção III – Disposição subsidiária.....	143
Capítulo IV – Marcas	8	Secção IV – Processo penal e contraordenacional	143
Secção I – Disposições gerais.....	8	Título IV – Taxas.....	145
Subsecção I – Marcas de produtos ou de serviços	8	Título V – Boletim da Propriedade Industrial	148
Subsecção II – Marcas coletivas e marcas de certificação ou de garantia.....	8	Código Civil	149
Secção II – Processo de registo.....	9	[2] Decreto-Lei n.º 213/90, de 28 de junho (Estabelece o regime jurídico do direito do obtentor de variedades vegetais)	151
Subsecção I – Registo nacional	9	[4] Decreto-Lei n.º 118/200, de 20 de abril (Estabelece o regime jurídico do registo, conservação, salvaguarda legal e transferência do material vegetal autóctone com interesse para a actividade agrícola, agro-florestal e paisagística)	155
Subsecção II – Marca da União Europeia	9	[5] Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho alterado por último pelo Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de março (Cria a “empresa <i>on-line</i> ” e a “marca na hora”)	163
Subsecção III – Registo internacional	10	[6] Decreto-Lei n.º 360/2007, de 2 de novembro (Dá execução ao Regulamento n.º 1383/2003, do Conselho, de 22 de Julho que institui a intervenção das autoridades aduaneiras em relação às mercadorias suspeitas de violarem certos direitos de propriedade industrial e medidas contra mercadorias que violem esses direitos)	171
Secção III – Efeitos do registo.....	10	[7] Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de março (Estabelece o regime jurídico aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores; alterado por último pelo DL n.º 205/2015, de 23 de setembro)	177
Secção IV – Transmissão e licenças	10	[8] Lei n.º 16/2008, de 1 de abril (Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual e republica o Código da Propriedade Industrial e o Código de Direito de Autor e dos Direitos Conexos)	195
Secção V – Extinção do registo de marca ou de direitos dele derivados.....	10	[9] Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro (Cria um regime de resolução dos litígios emergentes de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, alterado pelo DL n.º 110/2018, de 10 de dezembro)	197
Capítulo V – Recompensas	11	[10] Lei n.º 67/2012, de 20 de março (Institui o Tribunal da Propriedade Intelectual e o Tribunal da Concorrência)	205
Secção I – Disposições gerais.....	11	[11] Portaria n.º 84/2012, de 29 de março (Instala o 1.º Juízo do Tribunal da Propriedade Intelectual e o 1.º Juízo do Tribunal da Concorrência)	211
Secção II – Processo de registo.....	11	[12] Portaria n.º 100/2013, de 6 de março (Declara instalado o 2.º Juízo do Tribunal da Propriedade Intelectual)	213
Secção III – Uso e transmissão.....	11	[13] Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) – art.º 111.º (na redação dada pelo DL n.º 110/2018, de 10 de dezembro e pela Lei n.º 55/2019, de 5 de agosto)	215
Secção IV – Extinção do registo.....	11	[14] Regras de registo de domínios.pt (2014)	219
Capítulo VI – Logótipos.....	11		
Secção I – Disposições gerais.....	11		
Secção II – Processo de registo.....	11		
Secção III – Dos efeitos do registo	11		
Secção IV – Transmissão, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo.....	11		
Capítulo VII – Denominações de origem e indicações geográficas	12		
Secção I – Disposições gerais.....	12		
Secção II – Processo de registo.....	12		
Subsecção I – Registo nacional	12		
Subsecção II – Registo internacional	12		
Secção III – Efeitos, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo.....	12		
Título III – Infrações.....	12		
Capítulo I – Disposições gerais.....	12		
Capítulo II – Proteção dos segredos comerciais.....	12		
Capítulo III – Ilícitos criminais e contraordenacionais	12		
Secção I – Disposições gerais.....	12		
Secção II – Ilícitos criminais	12		
Secção III – Ilícitos contraordenacionais.....	13		
Capítulo IV – Processo.....	13		
Secção I – Medidas e procedimentos que visam garantir o respeito pelos direitos de propriedade industrial e pelos segredos comerciais.....	13		
Subsecção I – Disposições gerais	13		
Subsecção II – Provas.....	13		
Subsecção III – Informações	13		

II TEXTOS DE FONTE INTERNACIONAL

- [15] Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial. 2
- [16] Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio. 2
- [17] Declaração de Doha de 14 de novembro de 2001 Relativa ao Acordo TRIPS e à Saúde Pública. 2
- [18] Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes. 3
- [19] Convenção Sobre a Patente Europeia 2000. 3
- [20] Acordo de 17 de Outubro de 2000, relativo ao artigo 65.º da Convenção sobre a Concessão da Patente Europeia ("Acordo de Londres") 4
- [21] Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microorganismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes. 4
- [22] Tratado de Washington sobre a Proteção da Propriedade Intelectual Relativa aos Circuitos Integrados. 4
- [23] Acordo da Haia sobre o Depósito Internacional de Desenhos Industriais. 4
- [24] Acordo de Madrid Relativo ao Registo Internacional das Marcas. 4
- [25] Protocolo referente ao Acordo de Madrid Relativo ao Registo Internacional das Marcas. 4
- [26] Acordo de Nice Relativo à Classificação Internacional dos Produtos e Serviços aos quais se Aplicam as Marcas de Fábrica ou de Comércio. 4
- [27] Acordo de Madrid Relativo à Repressão das Falsas Indicações de Proveniência nas Mercadorias. 4
- [28] Acordo de Lisboa Relativo à Protecção das Denominações de Origem e ao seu Registo Internacional. 4
- [29] Geneva Act of the Lisbon Agreement on Appellations of Origin and Geographical Indications. 5
- [30] Convenção Internacional Para a Proteção das Obtenções Vegetais. 5
- [31] ACTA (Anti-Counterfeiting Trade Agreement). 5
- [32] Política Uniforme de Resolução de Litígios Sobre Nomes de Domínio. 5
- [33] Regulamento (CE) n.º 2100/94, do Conselho, de 27 de julho de 1994, relativo ao regime comunitário de proteção das variedades vegetais. 5
- [34] Diretiva n.º 98/44/CE, de 6 de julho de 1998, relativa à proteção jurídica das invenções biotecnológicas. 6
- [35] Directiva n.º 98/71/CE, de 13 de outubro de 1998, sobre a proteção legal de desenhos e modelos. 6
- [36] Regulamento (CE) n.º 6/2002, do Conselho, de 12 de dezembro de 2001, relativo aos desenhos ou modelos comunitários. 655
- [37] Regulamento (CE) n.º 733/2002, de 22 de abril de 2002, relativo à implementação do domínio de topo .eu. 705
- [38] Regulamento (CE) n.º 874/2004, de 28 de abril de 2004, que estabelece as regras de política de interesse público relativas à implementação e às funções do domínio de topo .eu e os princípios que regem o registo. 713
- [39] Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual. 731
- [40] Diretiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005, relativa às práticas comerciais desleais. 747
- [41] Regulamento (CE) n.º 864/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais ("Roma II") considerando 21 e 26 e arts. 4.º, 6.º, 8.º, 13.º e 15.º 771
- [42] Regulamento (CE) n.º 469/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, relativo ao certificado complementar de proteção para os medicamentos. 775
- [43] Regulamento (UE) n.º 1151/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. 789
- [44] Regulamento (CE) n.º 1215/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (alterado por último pelo Regulamento (UE) n.º 281/2015, de 25/02 – arts. 24.º e 71.º-A a 71.º-D). 837
- [45] Regulamento (UE) n.º 1257/2012, do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro de 2012, que regulamenta a cooperação reforçada no domínio da criação da proteção unitária de patentes 841
- [46] Regulamento (UE) n.º 1260/2012, do Conselho, de 17 de dezembro de 2012, que regulamenta a cooperação reforçada no domínio da criação da proteção unitária de patentes no que diz respeito ao regime de tradução aplicável. 855
- [47] Acordo de 19 de fevereiro de 2013, relativo a uma Jurisdição Unificada em Matéria de Patentes. 863
- [48] Diretiva (UE) n.º 2015/2436, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, que aproxima as legislações dos Estados-Membros em matéria de marcas. 903
- [49] Diretiva (UE) n.º 2016/943, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativa à proteção de know-how e de informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais. 935
- [50] Regulamento (UE) n.º 2017/1001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, sobre a marca da União Europeia. 959
- [51] Regulamento Delegado (UE) n.º 2018/625, da Comissão, de 5 de março de 2018, que complementa o Regulamento (UE) 2017/1001 do Parlamento Europeu e do conselho sobre a marca da União Europeia e que revoga o Regulamento Delegado (UE) 2017/1430. 1079

III TEXTOS DE FONTE EUROPEIA